

CPI liga “anões” ao esquema PC

O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) revelou ontem, ao depor perante a CPI do Orçamento, a existência de uma conexão entre o Executivo, nos tempos do esquema PC, e os chamados sete anões que manipulavam verbas a partir do Congresso. Ele não foi desmascarado por um cheque-surpresa, apenas, mas por um documento redigido de próprio punho, desvendando um acerto fechado entre funcionários do alto escalão do Governo — à época era o governo Collor — e o grupo da Comissão Mista de Orçamento, para privilegiar emendas já ao se elaborar o próprio Orçamento de 1992. Para garantir que a proposta de orçamento do Executivo fosse preservada, era preciso limitar a emendas feitas por deputados e senadores no Legislativo. Mas os anões conseguiram garantir suas próprias emendas, negociando sua inclusão já na proposta do Executivo que seria encaminhada ao Congresso Nacional. Coube a José Geraldo, em uma reunião feita na casa do relator João Alves (PPR-BA), a tarefa de relacionar todas as emendas que queriam incluir na proposta do Governo, para efetivar o esquema de corrupção através do desvio dos recursos de subvenção social e das emendas que beneficiavam empreiteiras.

Confissão — Em um depoimento que foi considerado pelos parlamentares da CPI do Orçamento como “uma confissão de culpa”, o deputado mineiro negou até o último minuto a existência do tal acordo mas, confrontado com o documento apresentado pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE), foi obrigado a admitir que a letra era sua.

Segundo o relator, José Carlos Alves dos Santos revelou que aquela cópia manuscrita representava o acerto para inclusão de dotações de interesse dos membros da cúpula da Comissão Mista

CARLOS MOURA



José Geraldo presta depoimento: série de contradições e a prova que faltava para ligar anões ao Executivo

do Orçamento, e que posteriormente foram todas atendidas e liberadas. O próprio José Geraldo explicou que o documento fora redigido na casa de João Alves, na presença dos deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), José Carlos dos Santos e do secretário Nacional de Orçamento, Pedro Parente.

“Eles me convidaram para aquela reunião, por causa da minha grande experiência na Comissão de Orçamento”, justificou, negando até o fim que o documento comprovasse a existência do acordo.

Emendas — No documento redigido por José Geraldo foram listadas 45 emendas que deveriam ser contempladas na proposta de orçamento do Executivo, incluindo verbas para construção de rodovias, infra-estrutura urbana em vários estados, obras de saneamento, urbanização, construção de barragens e projetos de assentamentos. Obras típicas das

executadas pelas empreiteiras ligadas ao esquema de corrupção montado pela máfia do Orçamento.

— Vossa Excelência tem conhecimento de um acordo firmado entre altos funcionários do Executivo e parlamentares para a elaboração do orçamento de 1992? — perguntou Magalhães.

— Não tenho conhecimento — negou José Geraldo.

— Mas documentos apreendidos na casa do economista José Carlos dos Santos, um manuscrito, é um indício de que esse acordo existiu. Essa letra é sua? — questionou o relator, entregando a José Geraldo cópia do documento, que o encarou, mudo, por alguns segundos.

— Essa letra é minha. Confirmando que escrevi esse documento... o José Carlos e o João Alves fizeram tudo para evitar modificações na proposta do Governo. O José Carlos me pediu que relacionasse pedidos dos deputados para saber no DOU se seriam con-

templados. Eu fiz a relação das emendas e dos valores — confirmou José Geraldo, explicando que a relação fora feita dois dias antes do fechamento da proposta do orçamento pelo Departamento de Orçamento da União, que tinha como diretor, à época, José Carlos dos Santos.

— Essa é uma prova muito importante para comprovar como o Orçamento da República era feito entre quatro paredes, por meia dúzia de pessoas — completou Roberto Magalhães, deixando José Geraldo pálido e constrangido.

O líder do PDT, deputado Luiz Salomão (RJ) disse que tentará quebrar o sigilo bancário e fiscal e convocar para depoimento o ex-secretário de Planejamento do então Ministério da Economia, Pedro Parente, hoje funcionário do FMI. A CPI sustenta que José Carlos Alves dos Santos, subordinado ao ex-secretário, representava Parente nas negociações para a inclusão de emendas carimbadas no Orçamento.